



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.451, DE 2023

Inclui o artigo 24-K na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 – Lei que reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares, para estabelecer proibição aos entes federativos de aplicar a alíquota previdenciária aos militares inativos, sem que esteja cumprindo a integralidade e paridade dos vencimentos, bem como, o pagamento exclusivamente por subsídio.

Autor: Dep. CABO GILBERTO SILVA

Relator: Dep. CAPITÃO ALBERTO NETO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado CABO GILBERTO SILVA que inclui o art. o 24-K no texto da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 – Lei que reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares –, para estabelecer proibição aos entes federativos de aplicar a alíquota previdenciária aos militares inativos, sem que esteja cumprindo a integralidade e paridade dos vencimentos, bem como o pagamento exclusivamente por subsídio.

Na justificção, o autor afirma que o projeto busca corrigir distorções na aplicação da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, pelos Estados-membros. Referido diploma legal criou o Sistema de Proteção Social dos Militares e garantiu direitos como a paridade e a integralidade dos vencimentos, além do pagamento por subsídio. No entanto, alguns Estados estariam aplicando apenas as alíquotas previdenciárias previstas na lei, sem



assegurar os demais direitos, gerando prejuízos aos militares estaduais inativos.

Diante desse cenário, o projeto de lei propõe incluir o art. 24-K na mencionada lei federal, com a finalidade de proibir os entes federativos de cobrarem a contribuição previdenciária sem garantir integralidade, paridade e pagamento por subsídio, conforme determina a Constituição.

Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e ao regime de tramitação ordinário, a matéria foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e Finanças e Tributação (mérito e art. 54, do regimento interno); bem como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, também da norma regimental).

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião realizada em 1º de agosto de 2023, concluiu pela aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 1.451/2023, nos termos do voto do Relator, Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

Conforme explicações inseridas no bem lançado parecer, o substitutivo buscou atender ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Nesse lineamento, realizou-se uma modificação no texto do art. 24-K, com vistas a facilitar a interpretação pelo aplicador da lei, além de inseri-lo no corpo do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e não da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, uma vez que se trata de norma alteradora.

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, por sua vez, em reunião realizada em 21, de dezembro de 2023, aprovou o Projeto de Lei nº 1.451/2023, também na forma de substitutivo, conforme o voto do Relator, Deputado Prof. Paulo Fernando.

O substitutivo proposto também buscou atender às diretrizes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Nesse sentido, entendeu-se que a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 — que trata das pensões militares — guarda maior afinidade com o conteúdo da proposição,



razão pela qual considerou-se mais adequado alterar o art. 3º-A dessa lei, de modo alcançar de maneira mais clara os objetivos pretendidos pelo projeto.

Por fim, em 27, de novembro de 2024, a Comissão de Finanças e Tributação, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.451/2023, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. De outra parte, concluiu pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do substitutivo adotado pela Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Por fim, no mérito, a Comissão concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.451/2023, com substitutivo, e pela rejeição do substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, tudo nos termos do nosso voto como Relator.

Em relação ao substitutivo, verificou-se que a principal preocupação do autor fora impedir que os Estados estabelecessem alíquotas previdenciárias diferenciadas para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Por esse motivo, entendeu-se que bastava alterar o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para incluir a previsão de contribuição incidente sobre a parcela da remuneração dos militares inativos e de seus pensionistas que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Essa contribuição teria como finalidade o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Assim, elaborou-se o substitutivo com o entendimento de que ele resolveria a questão levantada pelo Projeto de Lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumprido que esta Comissão, em conformidade com o disposto na alínea “a” do inciso IV, do art. 32, do Regimento Interno, se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº



1.451/2023, bem como dos substitutivos aprovados pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e Finanças e Tributação.

A análise da constitucionalidade formal de uma proposição envolve a verificação da competência legislativa da União, da legitimidade da iniciativa parlamentar e da adequação da espécie normativa utilizada pelo autor.

As proposições atendem aos pressupostos constitucionais formais relativos à competência desta Casa. A matéria é atribuída à União no âmbito da competência legislativa privativa, nos termos do art. 22, inciso XXI, da Constituição, segundo o qual lhe compete legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. Ademais, também compete à União legislar concorrentemente sobre previdência social, consoante o disposto no art. 24, inciso XII, da Constituição. Sendo assim, a matéria é igualmente atribuída ao Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 48, que lhe incumbe dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por fim, foi utilizado o projeto de lei ordinária para a veiculação da matéria, que é, de fato, a espécie de proposição cabível.

Quanto ao objeto da regulação, também não identificamos incompatibilidades entre as proposições e os princípios e regras que emanam do Texto Constitucional ou da legislação infraconstitucional, de onde decorrem a constitucionalidade material e a juridicidade de suas disposições.

No que se refere à técnica legislativa e aos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, aponta-se a inadequação do Projeto de Lei nº 1.451/2023, ao tratar da matéria no âmbito da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que é uma norma modificadora, e não no Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que é a norma efetivamente alterada. Essa inadequação foi oportunamente corrigida no substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação, sendo desnecessária uma nova medida saneadora nesta Comissão.



Quanto ao Substitutivo adotado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, cabe registrar o desatendimento ao disposto na alínea “d” do III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, vez que o artigo modificado por alteração não foi identificado com as letras ‘NR’ maiúsculas. Trata-se de inadequação de simplicidade ímpar, a qual poderá ser corrigida quando da redação final, chegando-se a tanto, sendo desnecessária a apresentação de emenda no âmbito desta Comissão.

Por fim, os substitutivos aprovados pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e pela Comissão de Finanças e Tributação atendem adequadamente aos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Pelo exposto, cumprimentando o Deputado CABO GILBERTO SILVA pela louvável iniciativa e pela justa preocupação com a previdência social dos militares, proferimos o nosso voto no sentido da:

I – constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.451, de 2023, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação;

II - constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos substitutivos aprovados pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e pela Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO
Relator

